

POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR COMO POSSIBILIDADES PARA OS POVOS DO CAMPO

Carolina Santos Menezes

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

menezescarolina589@gmail.com

Marta Licia Teles Brito de Jesus

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

marta.licia@ufba.br

INTRODUÇÃO

As políticas de acesso ao ensino superior têm sido campo de estudos de muitos pesquisadores contemporâneos, muitos destes estudos buscam entender como as políticas são elaboradas, efetivadas e os resultados abarcados pela efetivação destas políticas. Ainda são poucas as pesquisas que se debruçam a entender sobre como estas são acessadas pelos sujeitos do campo, isso pode ser constatado ao se fazer uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por exemplo.

Algumas pesquisas aludem sobre as reivindicações históricas dos povos do campo pelo direito a educação, inclusive pela educação superior, porém o acesso desses sujeitos a essa modalidade de ensino é considerado um fenômeno recente, tendo como mediador importante as políticas públicas de acesso.

Neste trabalho, objetivamos discutir sobre a importância das políticas públicas de acesso ao ensino superior para que os sujeitos do campo cheguem à universidade, ao tempo em que se relaciona com a história do acesso desses povos a educação. Tal proposta ancora-se metodologicamente em estudo bibliográfico, o qual corrobora para as argumentações apresentadas.

POVOS DO CAMPO E ACESSO À EDUCAÇÃO

O acesso dos povos do campo a educação historicamente é marcado pela desigualdade. Não é novidade que desde que se iniciou a preocupação com a educação para os brasileiros, os camponeses não ocuparam lugar de importância nas agendas dos governantes.

Segundo Batista (2006), quando falamos de povos do campo estamos nos referindo a uma diversidade de sujeitos, composta por agricultores, familiares, assalariados,

assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos.

Visualizamos assim, uma diversidade de sujeitos que compõem o espaço rural do nosso país e que durante muito tempo não foram alcançados por uma série de direitos, sendo um deles a educação.

Dados os avanços obtidos por meio da Constituição de 1988, a qual institucionaliza a educação como um direito de todos e dever do Estado e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que torna obrigatório as adaptações necessárias para as escolas rurais, tem-se então avanços no que tange a oferta da educação básica para esses sujeitos. Mas e se tratando do ensino superior?

Como nos mostra a literatura, o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior é considerado um fenômeno ainda novo, isso se justifica pelo fato de que a educação, mesmo em seu nível básico, durante muito tempo foi negado para esses sujeitos.

Mas como pontua Menezes (2019), ao desenvolver pesquisa sobre a permanência de estudantes do campo no ensino superior, esses sujeitos estão ocupando os bancos das universidades, mesmo que a passos lentos. A mesma autora sinaliza sobre a importância das políticas de acesso para que essas mudanças no cenário do ingresso dos sujeitos do campo ao ensino superior aconteçam.

DAS POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Partindo do pressuposto de que as políticas públicas são ações do governo que devem estar em diálogo com a sociedade, cumprindo papel de atender as necessidades da população reivindicadora e sanando as desigualdades existentes, visto que “[...]se orientam para a resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos.

Oliveira (2010) descreve que “[...] políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação.” (p. 5) Por essa perspectiva, políticas públicas de acesso ao ensino superior seriam medidas criadas e implementadas pelo governo afim de garantir o acesso ao ensino superior.

A esse respeito, cabe-nos pensar sobre a necessidade de tais medidas no Brasil, visto que somos uma sociedade desigual onde historicamente o acesso a educação superior não se dá de modo equitativo. Nesse sentido, pessoas de classes menos favorecidas são impossibilitadas de acessar a educação superior e com isso também não ocupam determinados cargos de prestígios na sociedade.

É diante deste cenário que surge a necessidade de se criar políticas de acesso ao ensino superior, com vistas a diminuição das desigualdades de acesso e possibilitando aos sujeitos historicamente vitimizados, como é o caso dos sujeitos do campo, o acesso a tal modalidade de ensino.

Atualmente temos no Brasil uma série de políticas que objetivam possibilitar o acesso das classes populares no ensino superior, a exemplo da Lei de Cotas de 2012; o Exame Nacional do Ensino Médio; O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior-FIES; o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Tais programas simbolizam importantes conquistas das classes populares no que tange a possibilidades de acessarem as instituições de ensino superior, visto que se trata de programas que demarcam a reserva para estudantes de baixa renda, de escolas públicas, negros, indígenas, quilombolas, sujeitos estes que antes eram excluídos de acessar o ensino superior, como apontam Pereira e Silva (2010).

No que tange a reserva de vagas, a Lei de Cotas por exemplo, é uma política extremamente importante, a qual descreve em seu artigo 1º sobre como as instituições de ensino superior deverão organizar suas vagas de modo que haja uma equidade entre os públicos concorrentes.

Junto com o processo de ampliação das universidades do país, por meio dessas políticas de acesso, os sujeitos do campo começam a visualizar perspectivas neste cenário. É por meio dessas vias de acesso que esses “sujeitos outros”, descrito por Arroyo (2012), estão chegando ao ensino superior.

O acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior é uma realidade e isso precisa ser encarado com responsabilidade e compromisso, sobretudo pelas instituições que estão recebendo esses sujeitos e pelos agentes decisores das políticas públicas, visto que é um público que traz consigo uma série de especificidades que precisam ser consideradas.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que no que tange as produções acadêmicas, sobretudo a nível de mestrado e doutorado o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior não tem sido prioridade, existindo a necessidade de mais estudos que contemplem essa temática tão importante e carente de discussões.

A ampliação do ensino superior no Brasil, assim como a criação de políticas de acesso a essa modalidade de ensino vem possibilitando para os sujeitos do campo novas

perspectivas, sendo estas de progressão nos estudos, de ampliação de conhecimento, ascensão social.

O descaso com a educação dos povos do campo ao longo da nossa história é vergonhoso e por isso tem-se até hoje uma dívida histórica com esses povos. Apesar dos, ainda há muito o que caminhar para que tenhamos uma verdadeira equidade no acesso as instituições de ensino superior. Os sujeitos do campo são sujeitos diversos, reivindicam seu espaço no ensino superior e por isso, é necessário se pensar políticas que além de possibilitar o acesso destes, também contemplem suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**-Petrópolis, Rj: Vozes, 2012.

BRASIL. **Ensino superior**: entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. 12 de dezembro 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acessado em: 12 de dezembro 2023.

BRASIL. MEC. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acessado em: 12 de dezembro 2023.

MENEZES, Carolina Santos. **Os desafios da permanência de estudantes oriundos do distrito de Orobó-Valença/BA no ensino superior**. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2019.

Oliveira, Adão F de. **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: _____; PIZZIO, Alex FRANÇA, George (Orgs.) *Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiânia: Editora PUC-GO, 2010. P. 93-99.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. **As Políticas Públicas Do Ensino Superior No Governo Lula: Expansão Ou Democratização?** Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.